

|                                          |                                 |                                      |
|------------------------------------------|---------------------------------|--------------------------------------|
| <b>Jornal Notícias</b><br><br>10-09-2019 | <b>Periodicidade:</b> Diário    | <b>Temática:</b> Justiça             |
|                                          | <b>Classe:</b> Informação Geral | <b>Dimensão:</b> 820 cm <sup>2</sup> |
|                                          | <b>Âmbito:</b> Nacional         | <b>Imagem:</b> S/Cor                 |
|                                          | <b>Tiragem:</b> 60963           | <b>Página (s):</b> 1/18              |



**Internet** Vendia notas falsas por encomenda para o estrangeiro P. 18

# Envelopes dos CTT traem falsificadores de notas

Interceção de encomendas portuguesas no estrangeiro conduz polícias a uma das maiores redes de produção de moeda falsa, com ligação à "dark web"

Nelson Morais

justica@jn.pt

**INVESTIGAÇÃO** A promoção e comercialização era feita através da "dark web", uma espécie de Internet paralela que garante anonimato aos utilizadores, mas as encomendas das notas falsas, de grande qualidade, eram remetidas aos compradores por via postal. E a interceção, em diferentes pontos da Europa, de envelopes dos Correios de Portugal com notas falsas apontou o foco das autoridades para Portugal, levando a Polícia Judiciária (PJ) a desmantelar, agora, "a segunda maior rede europeia de moeda falsa na 'dark web'", como a qualificou ontem a Europol, parceira da investigação.

"No início de 2018, foram apreendidas várias cartas em vários pontos da Europa, e percebeu-se que os envelopes tinham origem em Portugal. O remetente era falso, não tinha carimbos, mas o envelope, além de conter revistas portuguesas, para dissimular as notas, era dos CTT", informou ontem Luís Ribeiro, coordenador da Unidade Nacional de Combate à Corrupção da PJ, ao apresentar a Operação Deep Money.

A PJ deteve cinco suspeitos e fez oito buscas, em que apreendeu objetos relacionados com a produção das notas e 1833 notas falsas, sobretudo de 50 euros, cujos valores faciais perfazem quase 70 mil euros. Juntando a este valor o de todas as notas falsas com a mesma origem e apreendidas desde o início de 2017 em toda a Europa, mas com maior incidência em França, Alemanha e Espanha, chega-se a um montante de 1,3 milhões de euros.

**"BIT-COINS" SUMIRAM-SE**  
Dois portugueses e duas francesas, com 26 a 63 anos,



Luís Ribeiro, da Polícia Judiciária, destacou a boa qualidade das notas falsas



## "As melhores notas à venda"

"As notas produzidas por esta rede criminosa eram tidas como as melhores notas à venda na 'dark net'. Imitavam bem todos os elementos de segurança", afirma Luís Ribeiro.

## Falsificações

### detetadas nos bancos

Grande parte das apreensões de notas falsas só teve lugar quando as mesmas foram depositadas nos bancos e passaram por máquinas que detetam falsificações.

1,3

milhões de euros é o montante do valor facial das notas fabricadas em Portugal e apreendidas, desde 2017, em praticamente toda a Europa.



Rede tinha sofisticado equipamento de impressão

foram detidos, já em finais de junho, "no Centro e Norte do País", informou Luís Ribeiro, dizendo que eram aqueles quatro que produziam as notas, na mesma área do país, e expediam-nas para os respetivos destinos. "Um deles era gráfico, os outros tinham o 'know-how' adquirido ao longo do tempo", diz o coordenador da PJ.

Sobre o quinto elemento, tido como cabecilha do grupo, seria detido na Colômbia em 23 de agosto, tendo agora sido entregue às autoridades portuguesas e proporcionado o anúncio público da Operação Deep Money.

Aquele indivíduo, com 30 anos e antecedentes por extorsão sexual e tráfico de drogas, rumara à Colômbia em meados de 2018. E era a partir dali que, pelo menos desde então, "publicitava as notas na 'dark web', recebia as encomendas, procedia aos pagamentos. Geria toda a estrutura, menos a produção".

As notas falsas eram pagas através de moeda virtual, o que, além do mais, protegeu os proventos do crime da ação da justiça: aos detidos em Portugal, foram apreendidos "bit-coins" que valem uns irrisórios 300 euros; ao que estava na Colômbia, nada. ●